

UM BARÓMETRO PARA OS BALDIOS E PARA O BEM COMUM

Os baldios são um caso destacado da propriedade e gestão comunitária na Europa. A governança dos baldios envolve, num primeiro plano, as comunidades e as normas locais. Os terrenos comunitários são usados e administrados pelos compartes, moradores nas localidades tradicionalmente utilizadoras e cuidadoras dessas áreas, ao longo de gerações. Mas os baldios são uma realidade com a qual interagem vários níveis da administração, as políticas públicas e a sociedade civil.

A Lei dos Baldios (Lei n.º 75/2017) consolidou o direito das comunidades a gerir autonomamente os seus territórios. Mas a diversidade de práticas, a assimetria de capacidades e os diferentes graus de formalização e de apoio institucional são significativos, e têm implicações que se podem ler nas paisagens, nas economias locais, na vitalidade das comunidades e no tipo de relação que as populações têm com os terrenos comunitários. O Barómetro Bem Comum foi concebido como um instrumento para conhecer e avaliar os baldios quanto à qualidade da governança, à eficácia da gestão e ao desempenho social, económico e ambiental que está a ser alcançado.

Inspirado nas abordagens de Elinor Ostrom sobre a boa governança dos comuns, e nos princípios para a construção da resiliência de Reinette Biggs, o Barómetro Bem Comum tem como ponto de partida os dados obtidos através do Inquérito às Comunidades Baldias, realizado em 2024 aos gestores dos baldios do noroeste de Portugal.

As variáveis de base do Barómetro Bem Comum foram definidas com a ajuda dos parceiros do projeto Bem Comum e de gestores de baldios, convidados a participar numa oficina participativa. Agrupam-se nas seguintes seis dimensões:

 **ORGANIZAÇÃO FORMAL** avalia a legitimidade da estrutura de decisão, a formalização jurídica e a existência de regulamentos e planos de gestão;

 **AUTONOMIA E CAPACITAÇÃO** analisa a independência na gestão, o acesso a apoio técnico e a integração em redes associativas;

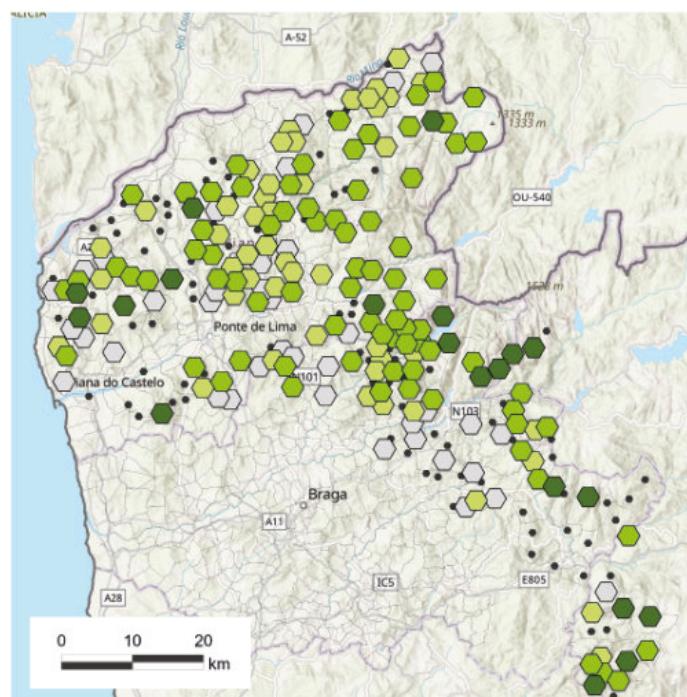
 **PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA** mede a frequência e qualidade da participação dos compartes, a comunicação interna e a evolução da participação nas assembleias de compartes;

 **DESEMPENHO ECONÓMICO** considera a existência e diversidade de receitas, os benefícios para compartes e as atividades económicas associadas;

 **DESEMPENHO SOCIAL** examina as relações de cooperação, criação de emprego, comunicação pública e dinamização sociocultural;

 **DESEMPENHO AMBIENTAL** quantifica ações de conservação, reflorestação, valorização de espécies autóctones e de educação ambiental.

RESULTADOS DO BARÓMETRO



ÍNDICE GLOBAL

 Baixo	 Médio
 Alto	 Muito alto
	 Sem resposta

Cada baldio obteve uma pontuação nas seis dimensões. Com a agregação dessas pontuações, chegou-se ao Índice Global, a que chamámos o Barómetro Bem Comum. A pontuação global pode variar entre 6 (mínimo) e 24 (máximo), tendo-se definido a partir daqui quatro classes de desempenho: baixo, médio, alto e muito alto.



PARA QUE SERVE O BARÓMETRO BEM COMUM?

O barómetro cumpre três funções essenciais:

1. AUTOAVALIAÇÃO DE GESTÃO COMUNITÁRIA permite a cada baldio determinar o seu desempenho e compará-lo com a média regional, identificando dimensões a melhorar;

2. MONITORAÇÃO TERRITORIAL gera dados agregados para análise espacial e temporal, integráveis no *Geoportal do Bem Comum*;

3. RECONHECIMENTO PÚBLICO identifica e valoriza as comunidades com melhor desempenho, estimulando a aprendizagem entre pares e a difusão de boas práticas.

Dando resposta ao terceiro ponto, cumpre-nos dar o devido mérito aos 21 baldios (9%) que obtiveram uma pontuação muito alta no Barómetro, representando comunidades exemplares em organização, autonomia, participação e multifuncionalidade. São eles as comunidades locais de: Bilhó, Cabeceiras de Basto (S. Nicolau), Cabração, Cabril, Campanhó, Campo do Gerês, Carvoeiro, Entre-Ambos-os-Rios, Ermelo, Ermida, Fafião, Freixieiro de Soutelo, Lamas de Mouro, Linhares, Montaria, Pincães, Riba de Âncora, Riodouro, Vilar de Ferreiros, Vilarinho, Vilarinho da Furna.



AVALIAR PARA APRENDER COMO MELHORAR A GESTÃO DOS BALDIOS

A análise dos resultados mostra que o que mais contribuiu para as classificações mais altas foram:

- o número de cooperações positivas com entidades externas (municípios, associações, ICNF);
- a criação de emprego local (sapadores, administrativos, trabalhadores florestais);
- a organização de atividades sociais e culturais (festas tradicionais, ações de educação ambiental, convívios de compartes).

No desempenho económico, destaca-se a diversidade de modelos de sustentabilidade financeira. Mais de 55% dos baldios obtiveram pontuações baixas, o que reflete a dependência de rendas florestais ou de receitas esporádicas. Apenas 14% apresentam desempenho elevado ou muito elevado, geralmente associados a múltiplas fontes de receita. Quanto ao desempenho ambiental, os resultados são expressivos: 41% dos baldios alcançam classificação alta e 11% muito alta, confirmando crescente consciência ecológica. As ações mais comuns incluem reflorestação com espécies autóctones, controlo de invasoras, manutenção de pastagens naturais e educação ambiental. Cabril, Ermida e Campo do Gerês exemplificam abordagens que combinam conservação florestal, pastorícia tradicional e turismo de natureza. No entanto, o desempenho ambiental depende fortemente da disponibilidade de apoios públicos e da capacidade técnica local.

A análise de correlação entre as seis dimensões confirma relações estatisticamente significativas, isto é, investir numa das dimensões reflete-se positivamente na outra.

Por exemplo:

- Baldios com melhor organização formal tendem a apresentar maior autonomia, participação e desempenho social;
- A autonomia está associada à capacidade de gerar benefícios económicos e ambientais;
- O desempenho social correlaciona-se fortemente com os resultados económico e ambiental.

A leitura dos resultados permite identificar três situações a manter sob vigilância:

1. TRAJETÓRIAS DIVERGENTES DE MATURAÇÃO

INSTITUCIONAL um número crescente de baldios consolida práticas formais de gestão e de governação transparente, aproximando-se de modelos maduros de autogestão. Em contraste, há comunidades que estão a deixar perder a sua cultura comunitária, com as pessoas e as suas vidas a distanciar-se da ligação ao baldio e das oportunidades de exercer uma cidadania rural ativa que não é passível de ser substituída, em vários dos seus elementos essenciais, pela delegação na administração autárquica local.

2. FRAGMENTAÇÃO PARTICIPATIVA persistem dificuldades em renovar lideranças, garantir uma participação alargada e em envolver jovens, especialmente em territórios com despovoamento acentuado. A proatividade na dimensão social e comunitária do baldio revela-se essencial, tal como a inovação nos meios de comunicação entre os gestores e os compartes, num mundo cada vez mais digital e com mobilidade quotidiana das pessoas.

3. INOVAÇÃO SOCIOAMBIENTAL surgem experiências de diversificação económica alinhadas com os objetivos de conservação e valorização cultural e assentes na conciliação da diversidade de valores e de interesses na comunidade, sobretudo quando se incluem várias gerações, quando há maior paridade no envolvimento de homens e mulheres, e diversidade de profissões dos compartes.

Metodologicamente robusto e conceitualmente ancorado, este instrumento oferece uma leitura transversal da resiliência comunitária e da sustentabilidade territorial, permite detetar inovação e excelência e promove a sua transmissão entre comunidades, estimulando o diálogo, a cooperação e a competência.



OS BALDIOS DE PERTO: O QUE VIMOS E OUVIMOS

Como parte do Barómetro Bem Comum, a equipa da ESA-IPVC voltou ao campo. Conversámos com quem administra, no dia-a-dia, alguns dos baldios que se destacaram nas avaliações. Esses baldios são variados: alguns ficam nas serras, outros perto do litoral. Uns estão em áreas protegidas, outros não. Cada um tem sua própria história e identidade. Para entender melhor as razões do bom desempenho visitámos as comunidades que conhecíamos menos, abarcando a diversidade sub-regional da área do projeto.

Visitámos a Comunidade Local da Ermida (Terras de Bouro), líder do ranking. Também visitámos baldios em Mondim de Basto: Campanhó, Vilarinho e Ermelo, com apoio dos técnicos dos Agrupamentos de Baldios e do Secretariado Técnico dos Baldios de Trás-os-Montes e do Alto Douro. No Alto Minho fomos entrevistar e visitar as comunidades locais de Lamas de Mouro, Entre-Ambos-os-Rios e da Montaria.

As entrevistas permitiram conhecer melhor a história de cada baldio, conversar sobre as motivações e preocupações dos seus gestores, como se organizam e como são tomadas as decisões. Apreendemos a variedade de usos e das opções na manutenção do

território. Também nos ajudaram a identificar boas práticas que os questionários não evidenciaram, mas que são importantes para a gestão comunitária. Exemplos incluem: manter a rede de levadas, usar a água de forma comunitária, manter trilhos, pastagens, moinhos, celebrar a cultura local e proteger a paisagem e a biodiversidade.

Todos estes baldios partilham uma filosofia: cuidar do território como extensão da comunidade. Isso garante que floresta, pastos, água, caminhos e bens comuns continuem a servir os moradores. Participação nas assembleias, decisões em grupo e envolvimento dos comparte em limpezas, reflorestações e manutenção são pontos-chave para bons resultados. Todos os gestores entrevistados demonstraram valorizar a autonomia e a resiliência, revelaram ter um conhecimento profundo sobre a comunidade e sobre os recursos comunitários e capacidade de continuar a melhorar. Estas entrevistas e visitas ajudaram a confirmar a robustez do Barómetro Bem Comum como instrumento para avaliar o desempenho, e para potenciar o reconhecimento público das melhores práticas.



WEBINAR “CESSÃO DE EXPLORAÇÃO EM ÁREA BALDIA”



No dia 30 de setembro de 2025, realizou-se um webinar sobre a cessão de exploração em áreas baldias, com o objetivo de esclarecer os enquadramentos jurídicos, os riscos e as oportunidades de cedência de áreas de baldio a empresas para projetos de diversos tipos: energias renováveis, florestação, créditos de carbono ou produção pecuária. Participaram João Carlos Gralheiro, especialista em enquadramento jurídico dos baldios, e Artur Sá, que apresentou um caso prático do Baldio do Carvoeiro.

As comunidades precisam de estar preparadas para avaliar projetos cada vez mais complexos e para assegurar que os contratos efetuados são benéficos para a comunidade, permitindo a conciliação com os usos tradicionais, a preservação da autonomia e a sustentabilidade dos recursos para as próximas gerações. João Carlos Gralheiro, a partir da análise da Lei 75/2017, lembrou que as áreas comunitárias não podem ser apropriadas, nem vendidas. Qualquer cessão a terceiros deve ser paga, limitada ao aproveitamento económico, ter a sua duração especificada e ser aprovada pela Assembleia de Compartes com maioria qualificada.

Artur Sá mostrou a importância de negociar com cuidado e sem pressas. A primeira proposta recebida pelo Baldio de Carvoeiro acabou por ser rejeitada, por implicar uma distribuição de custos e benefícios pouco favorável para a comunidade, sobretudo após o sexto ano. O projeto final envolve duas fases, especificando os compromissos de limpeza, arborização, manutenção prolongada e os critérios de divisão das receitas geradas pela venda de madeira. Foram negociados benefícios sociais diretos em investimentos para a comunidade e um modelo florestal combinando áreas produtivas e áreas de proteção. As partilhas realizadas no webinar permitiram fortalecer a capacidade das comunidades para tomar decisões mais informadas e sustentáveis.



BEM COMUM

Inovação e Cooperação na Gestão dos Baldios, para Potenciar a Bioeconomia, Sustentabilidade e Resiliência das Comunidades Rurais e da Agro-Silvo-Pastorícia

CONTACTOS

Morada ESA-IPVC | Rua D. Mendo Afonso, 147
Refóios do Lima | 4990-706 Ponte de Lima.

Telefone 258 909 740 | Ext. 22139
Email projetobemcomum2023@gmail.com